

# ESTADO AMPLIADO E HEGEMONIA BURGUESA: A FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO E A CONSTRUÇÃO DO CONSENSO CAPITALISTA

EXPANDED STATE AND BOURGEOIS HEGEMONY: THE ROBERTO MARINHO FOUNDATION AND THE CONSTRUCTION OF THE CAPITALIST CONSENSUS

ESTADO AMPLIADO Y HEGEMONÍA BURGUESA: LA FUNDACIÓN ROBERTO MARINHO Y LA CONSTRUCCIÓN DEL CONSENSO CAPITALISTA

Otávio Augusto Cunha<sup>1</sup>

Universidade Federal Fluminense (UFF)

## Resumo

Este artigo tem como objetivo uma análise crítica da dominação burguesa na sociedade brasileira. Para tal, considera-se o conceito gramsciano de Estado Ampliado como importante ferramenta metodológica para a compreensão da realidade. Buscaremos assinalar como a Fundação Roberto Marinho (FRM), de propriedade das Organizações Globo, atua como um verdadeiro aparelho privado de hegemonia de caráter empresarial. Consideramos que é impossível dissociar os objetivos da fundação dos interesses dos proprietários do maior complexo midiático corporativo do Brasil, uma vez que os projetos e os vínculos da FRM demonstram que os objetivos estabelecidos possuem articulação direta com os valores empresariais dominantes. A função social exercida por um órgão como a FRM pode ser compreendida como uma estratégia burguesa que tem como objetivos a reconfiguração do papel do Estado para a apropriação privada de recursos públicos, a propagação da ideologia privatista e, principalmente, educar o consenso da sociedade para a reprodução da ordem do capital.

**Palavras-chave:** Fundação Roberto Marinho, Aparelho Privado de Hegemonia; Estado.

## Abstract

The aim of this work is a critical analysis of bourgeois domination in Brazilian society. To this end, the Gramscian concept of the Expanded State is considered an important methodological tool for understanding reality. We will thus try to point out how the Roberto Marinho Foundation (FRM), owned by the Globo Organizations, acts as a true private apparatus of corporate hegemony. We believe that it is impossible to dissociate the foundation's objectives from the interests of the owners of Brazil's largest corporate media complex, since the FRM's projects and links can demonstrate that its objectives are directly linked to dominant corporate values. The social function exercised by an organization like the FRM can be understood as a bourgeois strategy whose objectives are to reconfigure the role of the state for the private appropriation of public resources, to propagate privatist ideology and, above all, to educate society's consensus for the reproduction of the capital order

**Keywords:** Roberto Marinho Foundation, Private Apparatus of Hegemony; State

<sup>1</sup> Doutor em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH - UFF), Mestre em Comunicação e Cultura pelo Programa de Pós Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (ECO - UFRJ).



## Resumen

El objetivo de este trabajo es analizar críticamente la dominación burguesa en la sociedad brasileña. Para ello, se considera el concepto gramsciano de Estado Ampliado como una importante herramienta metodológica para comprender la realidad. Por lo tanto, intentaremos señalar cómo la Fundación Roberto Marinho (FRM), propiedad de las Organizaciones Globo, actúa como un verdadero aparato privado de hegemonía empresarial. Creemos que es imposible disociar los objetivos de la fundación de los intereses de los propietarios del mayor complejo mediático corporativo de Brasil, ya que los proyectos y vínculos de la FRM pueden demostrar que los objetivos establecidos están directamente vinculados a los valores corporativos dominantes. La función social ejercida por una organización como la FRM puede entenderse como una estrategia burguesa que pretende reconfigurar el papel del Estado para la apropiación privada de los recursos públicos, propagar la ideología privatista y, sobre todo, educar el consenso de la sociedad para la reproducción del orden capitalista.

**Palabras claves:** Fundación Roberto Marinho, Aparato de Hegemonía privada; Estado.

## INTRODUÇÃO

Desde a sua formação, em dezembro de 1977, a Fundação Roberto Marinho (FRM) direcionou suas atividades para a área da educação e cultura em completa harmonia com o Estado autocrático da ditadura empresarial militar e com os interesses do capitalismo internacional, principalmente da ótica da política de segurança nacional. De acordo com informações disponíveis no seu *site*, a Fundação é uma instituição filantrópica “sem fins lucrativos”, lastreada no patrimônio do seu criador, o então proprietário do Grupo Globo na época: Roberto Marinho. O objetivo de tal iniciativa girava em torno da utilização dos recursos da Rede Globo de televisão para atuar primordialmente no ramo de educação a distância, cultura e esportes. Nas palavras de Roberto Marinho, sua Fundação visava “colocar os meios de comunicação a serviço da educação” (O Globo, 1978, p. 2).

Durante os anos 1970, as organizações Globo gozavam de grande influência no ramo da comunicação no Brasil; a notável expansão do Grupo durante esse período se deveu ao amplo apoio que o regime empresarial-militar concedeu ao setor de telecomunicações para a sua modernização. Com recursos públicos, e visando organizar alguma forma de consentimento ao regime autocrático, o Estado propiciou uma reformulação estrutural no ainda precário setor, o que levou as organizações Globo a adquirir sua concessão pública para a criação de um canal de televisão em 1965, além, é claro, do apoio ilegal de capital internacional originário do grupo estadunidense *Time-Life Broadcast Inc* realizado alguns anos antes (Herz, 1987). Podemos observar que desde o início de suas atividades a Fundação Roberto Marinho serviria como veículo fundamental do Grupo Globo que visava estabelecer um “modelo” de educação para entidades públicas



e privadas, num contexto em que grande parte da população brasileira não havia concluído o então Segundo Grau de ensino, atual Ensino Médio.

Assim como as demais emissoras comerciais, a TV Globo deveria cumprir a determinação editada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1970, Portaria n.º 408<sup>2</sup> (Brasil, 1970) que obrigava a transmissão de pelo menos cinco horas de programas educacionais. Roberto Marinho, então, decidiu que sua Fundação seria o grande pilar do seu projeto de comunicação. Por meio de uma instituição sem fins lucrativos seria possível a captação de recursos estatais para a elaboração de projetos de interesse público, ampliando a influência do Grupo Globo nos rumos da sociedade naquele contexto.

A edição do jornal *O Globo*, de 20 de abril de 1978, trazia uma reportagem a respeito do lançamento e da apresentação do projeto Telecurso 2º Grau para autoridades na sede da Rede Globo, em Brasília. Na ocasião, Roberto Marinho afirmou em discurso que a Fundação trabalhava “para a democratização do ensino e para a igualdade de oportunidades, indispensáveis postulados à grandeza de um futuro que podemos desde já entrever” (*O Globo*, 1978, p. 2). Ainda segundo a matéria, estiveram presentes lideranças do MEC, como Euro Brandão e Carlos Alberto Direito, respectivamente, secretário-geral e chefe de gabinete do Ministério; o secretário de educação do Distrito Federal, embaixador Wladimir Murtinho; o reitor da Universidade de Brasília (UnB), José Carlos de Azevedo; Maria Lúcia Moriconi e o diretor da TV Globo em Brasília, Afrânio Nabuco.

Como mencionamos, o pioneirismo do Grupo Globo para a elaboração do projeto Telecurso 2º Grau também se deu em função de uma obrigação legal promulgada em 1970. A Portaria n.º 408 estabelecida conjuntamente entre o MEC e o Ministério das Comunicações previa a transmissão obrigatória de cinco horas semanais de material educativo pelas emissoras de televisão comerciais. Conforme noticiado no jornal *O Estado de S. Paulo*, na quarta-feira, 17 de setembro de 1980, foi feita uma transmissão de verbas do governo federal à Fundação Roberto Marinho (*O Estado de S. Paulo*, 1980, p. 12). A denúncia foi feita por Luís Eduardo Nascimento, então diretor da TV Educativa do Espírito Santo. Segundo o diretor, o MEC repassou à Fundação Roberto Marinho, por determinação do ministro do planejamento Delfim Neto, a quantia de Cr\$ 285 milhões para a realização de um curso supletivo de 1º grau a ser veiculado por todas as emissoras de televisão do país, em cumprimento à Portaria n.º 408/1970.

---

<sup>2</sup> BRASIL. Ministério da Educação e Cultura; Ministério das Comunicações. Portaria Interministerial n.º 408, de 1970. A Portaria n.º 408/70 regulamentou o § 2º do art. 16 do Código Nacional de Telecomunicações, por força do qual as emissoras comerciais de Rádio e TV deveriam transmitir programas educacionais, em horários obrigatórios e gratuitos, num total de 5 horas semanais.



Os dados alarmantes a respeito do desenvolvimento educacional no Brasil chamavam a atenção. Em 1978, cerca de 2/3 da população maior de 21 anos não tinha concluído o 2º grau e necessitava de um projeto educativo público que pudesse equacionar essa defasagem escolar (IBGE). Nos anos 1970, a TV Globo era o carro chefe do grupo Globo e dos negócios de Roberto Marinho, sendo reconhecida nacional e internacionalmente pela qualidade e abrangência de suas produções. A parceria estratégica com a Fundação Padre José Anchieta (FPA)<sup>3</sup> demonstrou que Roberto Marinho iria utilizar não só o poderio da sua emissora de televisão, mas também parceiros públicos e privados interessados no funcionamento do projeto educativo de sua autoria.

Na cerimônia de inauguração do projeto, no prédio da FPA em São Paulo, estiveram presentes os presidentes das fundações parceiras – Roberto Marinho e Antônio Soares Amora – além de funcionários do MEC e representantes da secretaria de educação de São Paulo. Ao tornar público os objetivos do projeto, seus idealizadores chamavam a atenção para o problema da educação no Brasil e os objetivos a serem alcançados pelo Telecurso. Estima-se que 400 mil pessoas foram atingidas pelo projeto somente na grande São Paulo.

Vale destacar que a proposta do Telecurso 2º Grau continha em sua programação o ensino da “educação moral e cívica” que dialogava diretamente com a preocupação do Estado autoritário em torno do consenso para o regime imposto em 1964 justificado pela gestão do ministro Jarbas Passarinho à frente do MEC (1969-1973). O ministro foi responsável pela elaboração de uma política cultural oficial por parte do Estado brasileiro. O MEC, em parceria direta com o consórcio norte-americano *United States Agency for International Development* (USAID), produziu os conhecidos acordos MEC-USAID que mostram a relação de proximidade entre o Ministério e o projeto de poder das elites dirigentes do país naquela quadra histórica.

O alinhamento político-ideológico com o projeto da ditadura empresarial-militar fica ainda mais evidente na edição do jornal *O Globo*, do dia 26 de outubro de 1978, que ostentava a seguinte manchete: *Geisel aplaude o Telecurso*. O presidente e chefe do Executivo brasileiro redigiu uma carta ao empresário Roberto Marinho elogiando os serviços prestados pelo programa. Acompanhou a manchete em primeira capa, a publicação da carta do presidente Ernesto Geisel (1974-1979) na íntegra na página oito da sua edição matinal (*O Globo*, 1978, p. 8). No documento, o presidente aproveitou para fazer propaganda do seu governo e da preocupação com a “melhoria da educação dos

---

<sup>3</sup> A Fundação Padre Anchieta é uma fundação brasileira que desenvolve atividades de radiodifusão pública e educativa, sediada em São Paulo. É proprietária e gestora da TV Cultura e das rádios Cultura FM e Cultura Brasil. É membro associado da União Europeia de Radiodifusão.



brasileiros” e afirmou que o orçamento que seria enviado ao congresso para o ano de 1979 previa 43 milhões de cruzeiros, moeda do período, para a educação e para a cultura. Valor que interessava diretamente ao empresário Roberto Marinho.

Geisel argumentou que o investimento massivo em educação e cultura fazia parte do projeto de desenvolvimento nacional proposto pelo governo. No entanto, ao fim da carta, o presidente demonstrou afinidade com a iniciativa privada, pontuando a oposição do regime brasileiro em relação aos países aliados da URSS: “em nenhum país do mundo livre o problema da educação se pode resolver por ação exclusiva do governo.” Nesse sentido, afirmou que a educação fazia parte de um esforço coletivo da sociedade, sendo que essa responsabilidade deveria ser “particularmente acrescida no caso das empresas de comunicação.” Além disso, Geisel enfatizou na carta:

Por todas essas razões registro com efusivos aplausos a iniciativa da Rede Globo, de produzir o Telecurso 2º Grau. É uma realização que honra a tradição de serviços prestados à Nação por Vossa Senhoria e por essa organização, e merece por isso o apoio do governo e reconhecimento da comunidade brasileira (O Globo, 1978, p.10).

Entretanto, chama a atenção o fato de o presidente não mencionar em nenhum momento a parceria da Fundação Roberto Marinho com uma entidade diretamente envolvida na realização do projeto Telecurso 2º Grau: A FPA. Em 1979, no governo do general João Figueiredo (1979-1985), Roberto Marinho foi convidado pela Câmara de Deputados para apresentar seu novo projeto. Esse convite veio logo após uma declaração do então ministro da Educação e Cultura, Eduardo Portella, sobre os desafios da educação no Brasil e a importância de um projeto como o Telecurso 2º Grau.

Com isso, se estreitavam as relações entre o empresário e o Executivo para a realização de um projeto com financiamento direto do governo empresarial-militar. Roberto Marinho, em longa exposição, defendeu a importância do seu projeto, dado que “algo novo e importante surgiu no campo da teleducação”. O empresário afirmou ainda que “O poder público não pode ficar alheio a um problema de vastas dimensões e de implicações tão vitais para o próprio desenvolvimento da nação”. As declarações de Roberto Marinho deixam muito evidente o papel que a educação empresarial deveria exercer no regime ditatorial: em primeiro lugar, a defesa da doutrina de segurança nacional pautada por uma rejeição a toda pauta popular e, em segundo lugar, a reafirmação do projeto



desenvolvimentista dependente<sup>4</sup> proposto pelo regime que necessitava de uma massa trabalhadora minimamente qualificada tecnicamente.

Em 1980, Roberto Marinho e o Ministro da Educação Eduardo Portella assinaram o Acordo de Amparo Técnico e Financeiro n.º 01/80, que consolidava os interesses da Fundação Roberto Marinho desde o início do projeto Telecurso: o financiamento por parte do poder público. Nos anos 1990, no contexto de neoliberalização da economia brasileira e de reconfiguração do papel do Estado, o central da FRM é a ampliação de sua influência ideológica na área da educação em comunhão direta com a perspectiva de “investimento social privado” e “responsabilidade social empresarial”, ou seja, a busca de consenso em torno da visão burguesa por meio da influência de um modelo de educação voltado, exclusivamente, para a formação de jovens para o mercado de trabalho. Foi realizado um diagnóstico a respeito da situação da educação no Brasil e apresentado no documento *Fundamentos e diretrizes*, uma parceria da Fundação Roberto Marinho com a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) para a renovação do antigo programa Telecurso 2º Grau que passaria a se chamar Telecurso 2000. Esse diagnóstico justificaria a atuação dessas entidades na questão da “responsabilidade social empresarial”, o papel do Estado é ressaltado, porém mediante um cenário de crise:

O Setor produtivo/empresarial privado não se pode furtar a responsabilidade social que a ele cabe como afirma a Constituição, como gerador de produção e do dinamismo econômico do país e como usuário de mão de obra que se necessita cada vez mais qualificada (FIESP/FRM, 1994, p. 6).

Ainda no mesmo documento – que justifica a criação do novo Telecurso – é esclarecedora a ideia de que é necessário que “se evitem situações polêmicas para as quais inexistem um consenso social” (FIESP/FRM, 1994, p. 11-12). É importante mencionar que o Projeto Telecurso 2000 teve como parceiros, além da FIESP, entidades como o Serviço Social da Indústria (SESI) e o Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial (SENAI). O projeto visava reformular o antigo Telecurso 2º Grau usando uma linguagem mais dinâmica, em parceria com o sucesso da teledramaturgia e agora de forma presencial, integrando-se ao currículo da educação básica e sendo adotado como política pública em diversos estados, municípios e empresas privadas em todo território nacional. Durante os

<sup>4</sup> O modelo desenvolvimentista dependente, conforme analisa Ruy Mauro Marini (1973), expressa um padrão de crescimento econômico subordinado à lógica do capital internacional, no qual o desenvolvimento de setores produtivos locais ocorre de forma articulada à manutenção da dependência externa e da exploração da força de trabalho



anos 1990, e em meio ao processo de neoliberalização da economia brasileira (Antunes, 2005), se intensificam as relações entre o Estado e a sociedade civil, entre o público e privado. Prevalece, cada vez mais, o desmanche do Estado e o redirecionamento de suas funções sociais para entidades privadas.

## METODOLOGIA

As contribuições do filósofo italiano Antonio Gramsci para o campo do marxismo no século XX é de fundamental importância para uma análise do atual estágio da sociedade capitalista no Brasil. É necessário inserir o conceito de Estado Ampliado de Gramsci numa perspectiva que não perca o ponto de vista da luta de classes e da totalidade para realizar uma análise crítica da sociedade e dos principais problemas atuais. Ao chamar a atenção para o papel dos denominados aparelhos privados de hegemonia, e sua atuação na disputa ideológica na sociedade civil, Antonio Gramsci nos fornece um arcabouço teórico que permite pensar como se caracteriza a dominação de classes na sociedade brasileira e quais suas particularidades. Como argumenta Sônia Mendonça (2013), muito da concepção a respeito do Estado que se tem hoje tem uma profunda influência de uma visão estritamente liberal.

Segundo a autora, essa matriz do pensamento entendeu o Estado como um Estado de natureza – pairando sobre a sociedade civil e não como resultado da luta de classes – que teria vontade própria, sem nenhuma articulação com os diversos grupos sociais. Esse Estado sujeito seria somente um aparato burocrático emergido de um contrato social aceito pelos homens e, substituindo os valores divinos da igreja, seria responsável por uma legislação universal e imparcial, independente dos interesses individualistas e que garantisse o “progresso” e a “civildade”. Dentro dessa perspectiva, de acordo com a autora, muitas das interpretações a respeito do Estado dialogam com essas prerrogativas, o que leva a uma compreensão da sociedade civil como fraca, impotente e submissa.

A ampliação do Estado no sentido que deu Gramsci compreende a sociedade civil como o espaço de luta e formação de consciência e subjetividades, e é o estudo e o entendimento dela que nos coloca em condições de compreender como se dá a dominação do Estado capitalista moderno. Em uma realidade em que a sociedade civil desenvolvida se sobrepõe ao Estado vigora o poder ideológico da hegemonia dos dominantes para criar o consenso sobre a suposição de uma realidade democrática e justa entre os dominados, realidade essa “expressa pelos chamados órgãos de opinião pública – jornais e associações” (Gramsci, 2000, p. 95).



## EDUCAÇÃO E CULTURA PARA TRANSFORMAR OU PARA REPRODUZIR A ORDEM?

Destacamos aqui dois pontos fundamentais para atuação da Fundação Roberto Marinho como um aparelho privado de hegemonia empresarial na sociedade: a Metodologia Telessala e o vínculo com o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE). A Metodologia Telessala é um serviço educacional oferecido pela entidade por todo o Brasil em comunhão direta com o poder público (Estados e municípios). Longe de uma metodologia neutra e sem objetivos de classe, percebemos uma agenda que busca impor uma hegemonia empresarial na escola pública. É uma demonstração clara da luta de classes que não cessa em uma sociedade regida pelas leis do capital. Ao mesmo tempo que entidades como a Fundação Roberto Marinho se direcionam para ter o controle da educação e da cultura brasileira, seus proprietários apoiam governos e políticas que obedecem a organismos como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial e suas propostas de austeridade para os países periféricos para a sua subserviência às leis do capitalismo internacional, da grande acumulação e das grandes corporações. Não podemos nos enganar, a tentativa do empresariamento total da sociedade e da negação das classes divergentes é próprio daqueles que têm muito a ganhar com essa falsa realidade.

Além das parcerias com o poder público, a Fundação Roberto Marinho possui suas próprias unidades escolares espalhadas pela região metropolitana do Rio de Janeiro, onde sua atuação é mais intensa e constante por ser a região de formação da entidade e sede do Grupo Globo. De acordo com o último relatório de atividades da Fundação de dezembro de 2019<sup>5</sup>, 432 pessoas da Unidade Escolar Fundação Roberto Marinho concluíram seus estudos: 68 estudantes de Ensino Fundamental (anos finais) e 364 de Ensino Médio. Elas estudaram em salas de aula da Unidade Escolar, organizadas em comunidades no município do Rio de Janeiro – Complexo da Maré, Rio Comprido, Del Castilho e Botafogo – e em São Gonçalo, dedicadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA), com a Metodologia Telessala – Incluir para transformar.

Ainda de acordo com o relatório de atividades da FRM de dezembro de 2019, só no Estado de Pernambuco, 9.490 estudantes da rede pública em situação de defasagem idade-ano no Ensino Fundamental e Ensino Médio frequentaram o Telecurso Travessia, que utiliza recursos públicos em parceria com o Governo do Estado. A metodologia

<sup>5</sup> FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. Relatório de atividades: dezembro de 2019. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2019. Disponível em: <https://www.fundacaorobertomarinho.com.br/relatorios>. Acesso em: 25 jun. 2025.



telessala é dividida em cinco movimentos, cinco momentos integrados: (1) integração, (2) contextualização, (3) socialização, (4) problematização e reflexão e (5) aplicação prática<sup>6</sup>. No item que se refere à reflexão (item 4), fica explícito o objetivo de implementar a lógica privada na educação pública: “convidando-o a considerar de que forma essa nova abordagem poderá inspirar os sistemas de ensino e aperfeiçoar suas concepções e práticas” (p.15). Esse avanço da lógica empresarial nos rumos da educação pública é, segundo Christian Laval (2019), fruto de exigências dos organismos supranacionais (FMI, Banco Mundial, extenso (OCDE) que buscam direcionar os rumos educacionais e culturais sob a lógica do mercado e do suposto fim da luta de classes na sociedade contemporânea. As ações que aparecem como *inovadoras e modernizadoras* estão muito mais vinculadas aos interesses do mercado e da expansão violenta do acúmulo de capitais, do que propriamente às necessidades sociais da classe trabalhadora ou a uma suposta transformação da sociedade. É muito significativa uma definição do projeto Telecurso 2000. Segundo a Fundação Roberto Marinho (2013, p. 29), sua metodologia é uma proposta sociopedagógica “voltada para o mundo do trabalho, para o desenvolvimento de competências e para a formação da cidadania, que viabiliza o acesso à conclusão da Educação Básica, com qualidade e em tempos flexíveis”.

A tentativa de apresentar um projeto particular de classe como um projeto universal e de educação nacional, por dentro e por fora do Estado *stricto sensu*, se revela quando observamos a *fundamentação teórica* do projeto de educação da família Marinho. É comum encontrar em suas publicações referência a Paulo Freire e Antonio Gramsci como bases da educação como prática da liberdade, da autonomia, da transformação efetiva e do equacionamento dos problemas sociais mais urgentes. Porém, a radicalidade das obras desses autores é suprimida em prol de uma abordagem meramente retórica do sentido da palavra transformação. Os alunos são convidados a ter uma formação genérica e voltada para encarar a normalidade do capitalismo, isto é, a instabilidade econômica, as crises financeiras e o desemprego. As chamadas competências e habilidades não são apenas aquelas relacionadas ao conhecimento, mas também a necessidade da formação de mão de obra, educação para o trabalho e para a sobrevivência dentro do sistema capitalista.

No que diz respeito ao pensamento de Paulo Freire, a deturpação da profundidade da sua crítica é nítida. Quando o autor indica os perigos de uma *educação bancária*, ou seja, um modelo de educação apenas técnico, funcional e obediente às leis do temido

---

<sup>6</sup> FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2013. Incluir para Transformar: Metodologia Telessala em cinco movimentos. Fundação Roberto Marinho, Rio de Janeiro: 2013.



mercado, o alvo da crítica é justamente um modelo de educação que hoje aparece com o nome de empreendedor e defendido pela Fundação Roberto Marinho como a solução dos problemas mais urgentes da sociedade. Paulo Freire (1996) aponta que um modelo de educação tecnicista e funcional distancia a aprendizagem de uma perspectiva crítica que esteja em comunhão com os problemas sociais presentes na realidade concreta dos indivíduos. Os vínculos entre o que o autor chamou de *educação bancária* e o que hoje se apresenta como *empreendedorismo* são bastante claros. Em ambos os casos a educação é reduzida ao ato técnico e alienado dos problemas sociais existentes no mundo capitalista.

Outro ponto fundamental para a compreensão da articulação empresarial em torno da educação e da cultura é o vínculo da Fundação Roberto Marinho com o GIFE<sup>7</sup>. Trata-se de uma entidade centralizadora e organizativa criada nos anos 1990, no contexto de neoliberalização da economia brasileira, responsável por agrupar institutos e fundações interessados na atuação política, ideológica e partidária em favor dos seus interesses de classe (entre essas institui – está a Fundação Roberto Marinho, das principais parceiras). A atuação empresarial nesse sentido tem como fundamento a retórica do *investimento social privado* e da *responsabilidade social empresarial*, quando da ineficiência de um Estado grande demais para equacionar as questões sociais e, portanto, caberia ao altruísmo do setor privado atuar para sanar as questões mais urgentes no país, principalmente nas áreas de educação e cultura. Não obstante, são áreas de interesse de Roberto Marinho desde o início da sua fundação *sem fins lucrativos*. Segundo o GIFE (2015, s/p) em seu endereço oficial:

A sociedade deve estar no centro do investimento social privado. Seu papel e potencial transformador ganha forma na sua capacidade de reconhecer e assimilar as demandas e necessidades da sociedade. Para isso, o investimento social possui instrumentos poderosos ligados à mobilização dos recursos da sociedade e do capital privado, à capacidade de assumir riscos e promover inovação e ao papel da sociedade no fortalecimento das políticas públicas e no exercício do controle social sobre o Estado.

Como observou Martins (2009, p.78), em seu trabalho "A Direita para o social – estratégias empresariais para educar o consenso no Brasil contemporâneo", o GIFE é a instituição responsável pela mudança de comportamento político e empresarial na

<sup>7</sup> GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS (GIFE). Código de Ética. [S.l.]: GIFE, 2015. Disponível em: <https://gife.org.br/wp/media/2015/07/GIFEC%C3%B3digo-de-%C3%89tica.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2025.



sociedade civil em meados dos anos 1990. O GIFE – ao contrário da Fundação Abrinq<sup>8</sup> – não concentrou suas ações num único campo de ação, mas expandiu para as mais diferentes temáticas e formas de atuação ideológica de cunho empresarial. O objetivo da instituição seria fornecer uma aparelhagem preparada para orientar, dirigir e apoiar as intervenções político-ideológicas do empresariado no âmbito social, no qual as demandas dos mais precarizados pela desigualdade social seriam mais urgentes. Em primeiro lugar, o que se convencionou chamar de investimento social privado passa por uma ideologia mercadológica que objetiva eliminar a luta de classes como motor da história. Em outras palavras, esse tipo de ação acredita ser possível a eliminação das contradições estruturais para a construção de uma sociedade sem conflitos.

A construção do consenso em torno dessa ideia, apoiados em pressupostos empresariais e mercadológicos próprios dos intelectuais orgânicos envolvidos, chama a atenção para um tipo particular de relação com o Estado e suas políticas públicas. As empresas que realizam o investimento social privado desejam assumir responsabilidades antes atribuídas ao Estado (como educação e cultura pública) para contar com isenções fiscais e, principalmente, com recursos do fundo público para executar essas ações. Nas diversas áreas de atuação em que a FRM está presente, observamos que os parceiros sempre advêm dos quadros de grandes empresas privadas que giram em torno do GIFE.

Além dos associados, o GIFE realiza projetos diretamente com outras entidades dos setores dominantes da sociedade, tais como a própria TV Globo, *Accenture*, Banco JP Morgan, Banco Bradesco, BASF, BG Brasil, Carrefour, CCR, Cielo, FTD Educação, Mattos Filho, *Microsoft*, Intel, NET, Oi Futuro, Monsanto, ProUni-Unimed Cuiabá, Roche, Pepsico, Santander, SAP Brasil, Samarco, Tecnisa, Tim Brasil, Serasa Experian, União Marista do Brasil e *United Way* Brasil. Dessa forma, articula e organiza os objetivos de relevantes grupos econômicos atuantes em diferentes campos da sociedade civil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da transformação ou da reprodução da ordem se coloca como fundamental para analisar a atuação de um aparelho privado de hegemonia como a Fundação Roberto Marinho que, organizando e construindo soluções particulares para problemas universais, apresenta sua visão de mundo empresarial como a única possível no atual contexto histórico. A demonstração dos pressupostos teóricos e filosóficos, dos

---

<sup>8</sup> Fundação Abrinq, fundada em 1990, tem como foco de sua atuação crianças e adolescentes.



intelectuais orgânicos envolvidos, bem como o caráter de classe dos parceiros privados na atuação desse aparelho privado de hegemonia é muito importante, na medida em que nos ajuda a compreender a articulação em torno de determinada ideologia e como essa ideologia em prática impulsiona vontades coletivas sob a hegemonia da classe dominante sobre o conjunto da sociedade, interferindo nas lutas sociais, redirecionando objetivos e ocultando contradições estruturais.

A ampliação, cada vez maior, do Estado em vínculo direto com uma centena de aparelhos privados de hegemonia<sup>9</sup> que visam a universalização da sua visão de mundo empresarial como a visão de mundo de toda a sociedade é profundamente preocupante. Se, por um lado, o Grupo Globo usa seu poderio midiático corporativo para impor a agenda econômica de interesse dos seus proprietários, por outro praticam uma verdadeira *pedagogia da hegemonia* (Neves, 2006) com a sua Fundação cada vez mais enraizada em projetos sociais de educação e cultura Brasil a fora. Forma subjetividades, visões de mundo e vontades coletivas debaixo de seus pressupostos de classe.

Nosso interesse aqui foi a demonstração da contradição e da problemática desta atuação, bem como a elucidação de como essa estratégia é parte da forma da luta de classes no Brasil contemporâneo. Ou seja, como a mercantil-filantropia é na verdade um processo de educação do consenso popular em torno de um projeto de classe que estrangula os trabalhadores em estreita sintonia com as leis do capitalismo internacional. Desde o início deste trabalho deixamos claro que a crítica pretendida aqui não é uma crítica moral, não se trata da análise da atuação individual de cada sujeito envolvido nos referenciados projetos. Nossa crítica tem a perspectiva calcada no materialismo histórico, ou seja, em uma análise que considera irreparável a contradição presente entre capital x trabalho sob a lógica mercadológica, que acredita na verdade e que demonstra que é possível uma consideração firme a respeito dos pressupostos teórico-metodológicos que orientam a ação de determinado aparelho privado de hegemonia e sua prática social e que, acima de tudo, confia que tal análise é de profundo interesse público.

<sup>9</sup> De acordo com o Mapa das Organizações da Sociedade Civil (OSC), plataforma do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2023 havia um total de 879.326 organizações da sociedade civil ativas no Brasil, popularmente conhecidas como entidades do terceiro setor; esse número representa um crescimento de 7,8% em relação às 815.677 organizações identificadas em 2021 [pt.wikipedia.org+15observatorio3setor.org.br+15mapaosoc.ipea.gov.br+15](https://pt.wikipedia.org+15observatorio3setor.org.br+15mapaosoc.ipea.gov.br+15). A plataforma considera registros de CNPJs ativos e inclui associações, fundações e organizações religiosas formalmente constituídas. Disponível em: <https://mapaosoc.ipea.gov.br/mapa>. Acesso em: 06 ago. 2025.



## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas – SP: Autores Associados, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura; Ministério das Comunicações. **Portaria Interministerial n.º 408**. Brasília, 1970.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Acordo de Amparo Técnico e Financeiro n.º 01/80**. Brasília, 1980.
- FIESP; FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Fundamentos e diretrizes: uma parceria da FRM com a FIESP**. São Paulo: FIESP/FRM, 1994.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Relatório de atividades: dezembro de 2019**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2019. Disponível em: <https://www.fundacaorobertomarinho.com.br/relatorios>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Incluir para transformar: Metodologia Telessala em cinco movimentos**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2013.
- FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Autoavaliação de desempenho (1979-1980)**. Rio de Janeiro: FRM, 1980.
- FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Quem somos**. 2023. Disponível em: <https://www.fundacaorobertomarinho.com.br/quem-somos>. Acesso em: 11 jun. 2025.
- FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO; FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. **Fundamentos e diretrizes: uma proposta sociopedagógica do Telecurso 2000**. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 2013.
- GIFE. GRUPO DE INSTITUTOS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS. **O que é investimento social privado**. São Paulo: GIFE, [s.d.]. Disponível em: <https://gife.org.br/o-que-e-investimento-social-privado/>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. Vol. 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HERZ, Daniel. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre, 1987.
- IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1970: características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 1973. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd\\_1970\\_caracteristicaspopulacionais.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_1970_caracteristicaspopulacionais.pdf). Acesso em: 4 jun. 2025.
- LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.



MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

MARTINS, André Silva. **A direita para o social: estratégias empresariais para educar o consenso no Brasil contemporâneo**. Juiz de Fora: EDUFJF, 2009.

MENDONÇA, Sônia. **O Estado e a sociedade civil: questões para a teoria e a prática política**. São Paulo: Cortez, 2013.

NEVES, Lúcia. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2006.

MARINHO, Roberto na Câmara: **O Telecurso é inédito no mundo**. Rio de Janeiro. *Jornal O Globo*. 09 de agosto de 1979. p.4

**O ESTADO DE S. PAULO**. MEC destinou verba à Fundação Roberto Marinho para projeto de supletivo. São Paulo, 17 set. 1980. *Caderno Geral*. p. 12.

**O GLOBO**. Fundação Globo apresenta projeto Telecurso. Brasília, 20 abr. 1978. *Caderno Cidade*. p. 8.

**O GLOBO**. Geisel aplaude o Telecurso. Rio de Janeiro, 26 out. 1978. *Primeira Página* e p. 8.

**Artigo recebido em:** 25 de junho de 2025

**Aceito para publicação em:** 06 de agosto de 2025

**Manuscript received on:** June 25th, 2025

**Accepted for publication on:** August 06th, 2025

Endereço para contato: Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Educação/FACED, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campus Universitário, Manaus, CEP: 69067-005, Manaus/AM, Brasil

